

Repasse de ICMS à região cresceu 6,4% em 2025, para R\$ 3,06 bi

Repasse de ICMS à região cresceu 6,4% em 2025, para R\$ 3,06 bi

Em valores constantes, corrigidos pela inflação, trata-se da maior transferência feita pelo governo do Estado ao Grande ABC desde 2014

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dabc.com.br

Os repasses do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) aos sete municípios do Grande ABC mantiveram trajetória de alta em 2025. No ano passado, o governo do Estado transferiu R\$ 3,06 bilhões à região, montante 6,4% superior ao registrado em 2024, quando os repasses somaram R\$ 2,87 bilhões.

Descontada a inflação oficial do período, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o avanço é de 2%. O montante de 2025, em valores constantes (corrigidos para remover o efeito da alta nos preços), é o maior desde 2014 (R\$ 3,35 bilhões). Os dados compilados pelo Diário foram divulgados pela Sefaz-SP (Secretaria da Fazenda e Planejamento do

Estado de São Paulo). O crescimento de 2025 dá sequência ao observado no ano anterior. O volume transferido em 2024 representou aumento nominal de 15,1% em relação a 2023, quando os repasses totalizaram R\$ 2,73 bilhões. Na comparação entre 2024 e 2025, o avanço garantiu cerca de R\$ 183,6 milhões adicionais aos cofres municipais da região.

MUNICÍPIOS

São Bernardo foi a cidade do Grande ABC que registrou o maior aumento nominal (sem descontar a inflação) nos repasses de ICMS no ano passado em relação a 2024, de 11,6%, passando de R\$ 1,01 bilhão para R\$ 1,13 bilhão. Em seguida vem Ribeirão Pires, com variação de 9,6% na mesma base comparativa: em 2024, recebeu do governo do Estado R\$

78,7 milhões e, no ano passado, R\$ 86,3 milhões. A variação nas demais cidades partiu de 0,7%, em Mauá, até 5,5% em Diadema. Rio Grande da Serra foi a única cidade que teve redução no valor, de 4,9% – passou de R\$ 12,5 milhões para R\$ 11,8 milhões. Em termos absolutos (valor bruto), São Bernardo foi a cidade da região que mais recebeu recursos, enquanto Rio Grande da Serra foi a que obteve as menores repasses.

ENTENDA

As prefeituras recebem 25% do total arrecadado pelo Estado com ICMS. O montante é distribuído conforme a 'fatia' de cada cidade no IPM (Índice de Participação dos Municípios). O indicador é calculado anualmente com base nos dados do exercício anterior, para aplicação no ano seguinte, e

Repasses de ICMS para o Grande ABC (R\$mi)

2020	2021	2022	2023	2024	2025	Variação
349,672	440,337	476,133	459,795	517,721	532,726	2,9%
698,696	910,201	978,049	902,448	1.013,998	1.131,779	11,6%
285,084	338,329	339,295	348,091	443,060	463,775	4,7%
244,033	314,396	338,134	316,125	359,197	379,077	5,5%
287,766	377,101	402,885	391,090	451,661	455,006	0,7%
49,275	65,707	73,979	69,341	78,786	86,363	9,6%
9,557	11,896	13,054	11,949	12,498	11,882	-4,9%
1.924,083	2.457,967	2.621,529	2.498,839	2.876,921	3.060,608	6,4%

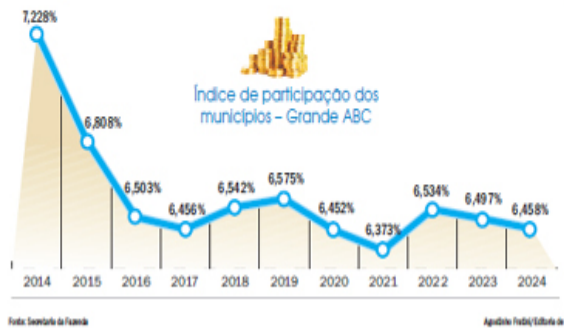


Foto: Secretaria da Fazenda

Agência FOCUS/Editoria de São

país do Grande ABC.

O governo do Estado tem implementado mudanças nos critérios de repasse do ICMS para as prefeituras, com foco principal na valorização da educação e, mais recentemente, do meio ambiente (ICMS Ambiental).

PARTICIPAÇÃO

O IPM do Grande ABC vem caindo paulatinamente, como resultado da desindustrialização. Para se ter uma ideia, em 1993, ano em que tem início a série histórica do indicador, o Grande ABC respondia por 10,40% dos repasses do tributo.

Os recursos do ICMS são fundamentais para o financiamento de áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e serviços públicos, além de contribuírem para o equilíbrio fiscal das administrações munic-

Essas novas regras começaram a valer em 2024 e vêm se consolidando desde então, o que vai impactar mais fortemente os repasses de 2027, segundo o secretário de Finanças de Diadema, José Luiz Gavinelli. "Quanto melhor for a qualidade da educação no ensino municipal, maior será o índice de participação. Ou seja, quanto melhor o desempenho, mais recursos o município recebe, e quanto pior o desempenho, menor o valor do repasse", pontuou.

Sobre a queda no IPM do Grande ABC, Gavinelli afirmou que é decorrente da

desindustrialização. "Toda vez que uma indústria sai de um município e vai para outro, ocorre uma queda no volume de mercadorias, tanto nas entradas quanto nas saídas, algo que tem acontecido com mais frequência nos últimos anos na região."

O secretário chamou atenção ainda para as mudanças que ocorrerão com a Reforma Tributária, prevista para entrar em vigor gradualmente a partir deste ano. A principal alteração é que o ICMS passará a ser devido no local onde o produto ou serviço é consumido, e não mais onde é produzido. O tributo deixará de existir para dar lugar ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) até 2033. "Por exemplo, se pegarmos municípios como Barueri e Santana de Parnaíba, que praticamente fizeram uma guerra fiscal, essa alteração trará um impacto muito grande", concluiu.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3